



**NÚCLEO JOVEM DA SEDES  
(Jovens Quadros da SEDES)**

**Data: 14 de Junho de 2011**

**Assunto: CARTA ABERTA  
“AOS DIFERENTES DECISORES POLÍTICOS e PARCEIROS SOCIAIS”**

A SEDES, uma instituição com 40 anos de história, tem sido, ao longo da sua existência, um lugar privilegiado de debate democrático. Reunindo diferentes tendências políticas e sociais, tem fomentando a reflexão cívica e política, nas mais amplas instâncias. O seu Núcleo Jovem tem procurado honrar e prosseguir essa missão, trazendo a palco o diálogo e o debate, enriquecedores pela pluralidade das ideias e pela constatação de consensos em torno de questões consideradas de fundamental interesse para os cidadãos, preocupados com o presente e com o futuro do país e da nossa democracia. Tem sido esse o grande objectivo do nosso Ciclo de Conferências “GERAÇÕES DE FUTURO” que, reunindo diferentes actores políticos e partidários, tem permitido que estes possam entre si debater, dialogar e procurar desígnios comuns.

O momento que vivemos hoje requer dos agentes institucionais – políticos, partidários, económicos e sociais - uma responsabilidade acrescida.

Findo o período de campanha, mais concentrado na esfera partidária, encontrada que foi a vontade e a expressão dos portugueses nas últimas eleições legislativas pelo garante democrático que representa o seu “voto”, é tempo de continuar a promover o debate dos problemas, na busca de soluções que, de algum modo, possam contribuir para desbloquear e ultrapassar os desafios com que o país se depara.

É claro que quem tem a responsabilidade de adoptar “as soluções” é cada um de nós e, muito particularmente, os partidos, que acabam agora de ser submetidos a eleições. E, porque o esforço tem de ser comum, apelamos aos diferentes responsáveis políticos, económicos e sociais para que, neste momento tão particular da vida do país, se empenhem afincadamente nessa busca de soluções, tendo em vista o fortalecimento da democracia e da credibilidade de Portugal.

É fundamental o contributo de todos e de cada um nós, e que ele seja dado na proporção das responsabilidades. Só assim poderemos ajudar a melhorar o

mais rapidamente possível a imagem do país, face às Instituições Internacionais que têm os olhos postos em nós e na nossa capacidade de reagir à crise instalada.

Temos de passar a imagem clara e inequívoca da nossa vontade de cumprir, com responsabilidade e determinação, os nossos compromissos, estando à altura das exigências económico-financeiras com que o país se confronta. O tempo não pode ser esgotado ou tolhido em discussões estéreis ou de mero acerto tático-partidário. O tempo não é dado a “*politiquice*” mas a uma “*real politic*” que esteja ao nível de todos aqueles que pelo país se empenharam, no decurso da História, ajudando Portugal a afirmar-se ao longo dos quase 900 anos da sua História. Este é o momento de concertar uma verdadeira estratégia política que devolva à sociedade portuguesa um novo fôlego económico e social, capaz de restaurar a confiança e trazer uma esperança renovada.

A ilusão, a falta do cumprimento da palavra dada, a distância entre o dizer e o fazer, as promessas não cumpridas e a falta de autenticidade na governação têm sido, em larga medida, as razões responsáveis pelo estado em que o país se encontra e os grandes entraves ao progresso e ao desenvolvimento nacional. Não pode pois existir espaço para comodismos, medos ou falta de vontade em vencer os poderes instalados, as corporações e os clientelismos. É tempo de fazer o que tem de ser feito e o que ainda não foi feito e urge fazer.

É tempo de percebermos todos que não podemos viver mais acima das nossas possibilidades, daquilo que realisticamente não temos nem podemos ter. Temos de encontrar soluções para os problemas. Termos como “poupança”, “paragem do endividamento pessoal das famílias ou colectivo” têm de passar do comentário comum para objecto de intervenção consciente e enérgica, transformando-os em palavras de ordem!

É com preocupação que, enquanto Jovens, vemos os níveis de desemprego que todos os dias se ultrapassam, atingindo números preocupantes, a inflação a dívida externa e interna descontroladas e a aumentarem. Constatamos que a economia recessiva dá sinais de resistir e de se erguer, quando deveria crescer e consolidar-se. As pequenas e médias empresas têm de ter uma nova dinâmica e dar de si uma nova imagem revitalizada e decidida. Não podemos assistir impávidos e serenos ao evoluir de uma crise económica que irá gerar problemas incomportáveis se não for de imediato estabilizada, podendo abrir uma crise social sem precedentes no Portugal democrático.

Deve ser dada uma maior importância e atenção ao poder moderador e ao poder da palavra do senhor Presidente da República que consubstancia não só a mais alta magistratura e figura da nação como deve ser, neste momento concreto, a sua mais alta autoridade, contribuindo, pela sua firme intervenção, decisivamente,

para a procura de soluções eficazes que facilitem o caminho das soluções e do consenso. É com preocupação que assistimos aos surpreendentes níveis de abstenção, ao elevadíssimo número de votos brancos e nulos registados nas últimas eleições legislativas, com a taxa mais elevada de sempre (41.1%). Estes são dados que não podem nem devem ser, de forma alguma ignorados, pois consubstanciam um sinal claro de que a reforma do sistema político não poderá mais aguardar ou permanecer na gaveta. É urgente credibilizar a relação entre o Estado e a Sociedade Civil, urge restabelecer a relação entre os eleitos e os eleitores, tem de existir uma relação construtiva entre quem governa e é governado.

Os próximos anos vão ser muito difíceis e duros. Antevê-se mesmo que possam ser extremamente amargos e decepcionantes para os Jovens e para os menos Jovens, para as Famílias, para os Desempregados, para os Empresários, Empregados e Empregadores, se não existir responsabilidade, espírito de cooperação e solidariedade, responsabilidade social, firmeza de decisão e acção por parte dos diferentes parceiros e forças sociais, dos partidos políticos, dos sindicatos, dos líderes empresariais, associativos e até religiosos. Se não houver um grande esforço colectivo, o país permanecerá na cauda da Europa, continuando a afastar-se perigosamente dos padrões médios do desenvolvimento económico europeu e acima de tudo da zona euro.

O caminho é estreito e a margem de erro escassa. O tempo não abunda a favor de Portugal e as agora renovadas lideranças políticas de Governo e Assembleia da República têm necessariamente que procurar os consensos necessários. Tem de existir responsabilidade, tanto na governação como nas oposições no seu todo. A responsabilidade tem de ser partilhada pela governação e pelas oposições, para “fazer e deixar fazer” o que é urgente, premente e necessário. Tem de se falar verdade aos portugueses, mesmo que esta seja difícil de ouvir, ou declarar. Os cidadãos têm de saber exactamente em nome de quê e para que é que lhes são pedidos sacrifícios acrescidos, muitos deles duros e difíceis de entender e aceitar, se não forem devidamente explicados.

Apelamos para que, quer o processo de Revisão Constitucional agora em curso, que deve adequar-se o mais possível às novas realidades e necessidades comuns, bem como as reformas que o país precisa urgentemente de fazer, tenham um amplo e forte consenso partidário muito além do esperado e da maioria governativa agora encontrada, pois será esse um sinal de maturidade democrática importante, o sinal que urge e é preciso emitir perante os diversos agentes e cidadãos.

**Os Jovens querem e têm de contribuir para criar um novo impulso ao país, com a sua energia, a força regeneradora do seu entusiasmo, com a sua natural irreverência e com a sua preparação e formação acrescidas. As Novas Gerações por sua iniciativa, querem remar contra o pessimismo instalado. Esperam que os diversos centros decisores lhes dêem as oportunidades para, de forma consciente e responsável, o fazerem.**

**Agora que temos todos uma visão mais nítida da realidade, não pode tudo ficar como estava ou pior. É muito mais do que partidos, decisores políticos, empresariais ou religiosos podem estar em causa. Não teremos desculpa no futuro, pois se falharmos, é todo um país, uma memória colectiva de prestígio e dignidade, uma História, um presente e um Futuro que estarão em causa.**

**É este o momento para os cidadãos se empenharem na recuperação do país, país esse onde as gerações que nos antecederam, sem se aperceberem disso, podem ter hipotecado as gerações do Futuro. De um momento para o outro, deixamos de ter como adquirido o direito ao trabalho estável, deixamos de poder prever o momento de podermos consolidar uma família e passamos a ver reduzidos drasticamente os nossos recursos financeiros e económicos.**

**Temos urgentemente de regressar a uma sociedade mais humanista e solidária, em que conceitos e ideais como os da “liberdade, igualdade e fraternidade” têm de ser efectivamente recuperados.**

**Há que privilegiar o ser em detrimento do ter! Que ninguém se iniba ou demita! Não podemos continuar a pensar que o Estado é a resposta para tudo e que os direitos justamente adquiridos nos bastam ou nos podem servir de bengala.**

**Temos de evoluir em função do país real. As novas gerações têm de despertar em si um ímpeto reformista, capaz de romper barreiras e bloqueios. Nós não somos uma geração bloqueada, porque detemos as maiores armas – a Juventude, a Irreverência e a Capacidade de decidir a formação, porque estamos informados e mais bem preparados do que nenhuma outra! Urge fazer renascer a esperança, urge incentivar o país a reencontrar o seu rumo do progresso, urge sobretudo apoiar e estimular as novas gerações pois sobretudo são elas que vão ter a missão de (re)construir o Futuro de Portugal.**